



AMANDA COELHO LIMA

**O AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL:
MÚLTIPLOS OLHARES**

**LAVRAS – MG
2020**

AMANDA COELHO LIMA

O AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL: MÚLTIPLOS OLHARES

AUTISM AND SCHOOL INCLUSION IN BRAZIL: MULTIPLE VIEWS

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pedagogia, para a obtenção do título de Licenciado.

Prof.^a(a). Ellen Maira De Alcântara Laudaes
Orientador (a)

LAVRAS-MG
2020

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se refere a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva. Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista frequentemente apresentam outras condições concomitantes, incluindo epilepsia, depressão, ansiedade e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Nesse sentido, entendendo a educação como um direito fundamental para o desenvolvimento e o relacionamento humano, assim, se estabelece questões para nortear a pesquisa: O que as produções acadêmicas discutem em relação ao currículo e a inclusão do aluno com TEA no contexto escolar? Quais os temas abordados pelas pesquisas acadêmicas em relação ao TEA? Considerando esses questionamentos, analisarei o que as produções acadêmicas discutem sobre a questão do aluno autista no contexto escolar e de que forma o currículo é abordado nesses estudos.. A fim de alcançar o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, tendo como base os autores: Ricci 2002 e Silva 2007. A partir das leituras, foi possível perceber que o currículo é um instrumento pedagógico utilizado com a intenção de alcançar resultados de aprendizagem, experiências e princípios orientadores da prática. Dessa forma, na educação formal de um autista é preciso considerar as especificidades de sua realidade, sendo preciso então, adaptar o currículo as necessidades do aprendente autista de forma que o ajude no desenvolvimento cognitivo. Nesse universo, são fundamentais professores engajados, um currículo adaptado à realidade do aluno autista e a família como suporte e conexão, pois assim será possível alcançar a educação do estudante autista. Além disso, ressalta-se a importância da universidade, já que esta possibilita um aporte teórico tanto no sentido de preparar os futuros professores como também por meio da pesquisa, ensino e extensão.

Palavras-chave: Educação Especial. Atualização Curricular. Educação Inclusiva. Autismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E O ESPAÇO ESCOLAR	6
3. AS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO AO AUTISMO: REGULAR E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE	11
4. O PERCURSO METODOLÓGICO	14
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	15
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1. INTRODUÇÃO

Em busca de assegurar o acesso e a aprendizagem de alunos com transtornos globais do desenvolvimento e pessoas com deficiência nas escolas, o estado brasileiro tem instituído políticas públicas para a educação especial. Assim, na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008), e em consonância com a Política Nacional de Educação Especial (2008), os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cerne desta investigação, são parte integrante da educação especial Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE), pertencentes ao grupo de transtornos globais do desenvolvimento.

O autismo foi integrado nas políticas educacionais em 1994, por meio da Política Nacional de Educação Especial, possuindo classificações conforme a Associação Americana de Psiquiatria (APA), que são: Transtorno Desintegrativo da Infância, Autismo Infantil, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação (GUARESCHI; ALVES; NAUJORKS, 2016). Em 2012 foi publicada a Lei nº 12.764, que estabeleceu a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Brasil (BRASIL, 2012). Esta Lei supramencionada salienta a garantia da escolarização no ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

É possível aferir que no âmbito da educação especial, as nomenclaturas sofreram alterações diversas vezes. Nas décadas de 1960 e 1970, o termo era excepcionais, posteriormente passou a ser deficientes, logo depois denominou-se de pessoas com necessidades especiais, até chegar em pessoas com deficiência e pessoas público-alvo da educação especial.

Considerando os pressupostos, com a intenção de contribuir para a discussão nessa área, este estudo teve como objetivo geral mapear a produção científica produzida em âmbito nacional sobre o autismo e a inclusão escolar nos últimos seis anos, entre os anos de 2014 a 2019, disponibilizados por meio da Biblioteca Eletrônica Científica Online, Scielo, por meio dos descritores “autismo” e “inclusão escolar”, as quais foram encontradas 15 produções.

Como objetivos específicos foi feita uma análise contendo quais são os direitos de alunos autistas; qual o papel do professor e da sala de AEE – Atendimento Educacional Especializado no seu aprendizado; quais os obstáculos precisam ser enfrentados para se ensinar um aluno com TEA; como o currículo pode colaborar para seu aprendizado e quais ferramentas podem ser aliadas do educador nesta mesma perspectiva.

Nesse sentido, este estudo foi dividido em seis seções dos quais tratarão respectivamente: Introdução, Capítulo dois, em que será abordado algumas reflexões sobre o transtorno e espectro autista dando enfoque às suas especificidades; Capítulo três, irá fazer um

aparato sobre as instituições de atendimento ao autismo, bem como as instituições regulares e como é feito o atendimento destes alunos no atendimento educacional especializado. No capítulo quatro será feito o percurso metodológico, que tratará sobre como a pesquisa foi elaborada e quais caminhos foram percorridos até se chegar aos resultados. O capítulo cinco analisa os dados dos artigos pesquisados no site da Scielo, onde foi feita uma busca por meio dos descritores “autismo, transtorno e inclusão escolar” bem como quais foram seus resultados, enfoque, discordância, entre outros. Seguidamente constam as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E O ESPAÇO ESCOLAR

Em 1943, Leo Kanner, um médico que morava nos Estados Unidos, junto com Hans Asperger, também médico, começaram a estudar alguns de seus pacientes que apresentavam um quadro de isolamento e os denominaram com transtorno mental (SEJAS, 2017). Essa denominação, futuramente foi reconhecida como autismo e passou a ser compreendido por eles como um tipo de esquizofrenia, epilepsia ou retardo mental.

O autismo é identificado como transtorno do neurodesenvolvimento, pois seu gene causador ainda não é conhecido. Atualmente é muito inclusivo e é considerado como um conjunto de transtornos que afetam o desenvolvimento (SEJAS, 2017).

Ao longo dos anos, o termo autismo vem sofrendo diversas modificações, sendo elas no campo terapêutico, neurológico, psicológico e até mesmo em suas nomenclaturas, tendo assim diversos nomes. Atualmente as nomenclaturas que mais se usam são: Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome do Espectro Autista (SEA) ou apenas Autismo. O termo mais correto de se utilizar é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois acomoda todas as especificidades dos sintomas, que podem ser desde o mais leve até o mais severo.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se refere também a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva. Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista frequentemente apresentam outras condições concomitantes, incluindo epilepsia, depressão, ansiedade e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O nível de funcionamento intelectual em indivíduos com TEA é extremamente variável, estendendo-se de comprometimento profundo até níveis superiores (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2017).

O indivíduo com autismo costuma apresentar seus primeiros sintomas antes dos dezoito meses de idade, quando os pais relatam encontrar alguns sintomas nas brincadeiras de faz de conta, personalidade e comunicação verbal e não verbal da criança. As características podem também variar entre leve ou grave.

No contexto escolar, o aluno com autismo deve ter uma educação inclusiva para que não haja prejuízo em seu aprendizado. Esta educação se faz por meio de estratégias e ferramentas de ensino, bem como um professor especializado. Assim, algumas crianças que precisam de auxílio diferenciado, como no caso daquelas ditas autistas ou psicóticas, passam a ser acompanhadas por um mediador no contexto escolar. Esse acompanhamento geralmente

também é orientado por profissionais que assistem a esse aluno fora da escola, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, entre outros (MOUSINHO et al., 2010).

Galvão Filho (2009), destaca que no contexto da educação inclusiva existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, que podem e devem ser disponibilizados nas salas de aulas inclusivas, e que a disponibilidade e adaptação podem ser bastante simples e artesanais, as vezes arquitetados por seus próprios professores. No âmbito da educação de autistas, esses recursos têm ganhado espaço, por influenciar positivamente na aprendizagem e desenvolvimento do estudante. Dentre estes, podemos citar os recursos que são construídos, de formas artesanais até os mais sofisticados como Tablets, Ipods, softwares, aplicativos e os auxílios externos amplamente utilizados na área da Comunicação Alternativa.

De acordo com Silva (2010), aproveitar a atenção e a iniciativa de crianças com autismo para explorar determinados objetos e utilizar esta iniciativa como via para estabelecer e manter as trocas de ações com essas crianças, pode ser uma alternativa frutífera para enriquecer o contato social delas com outras pessoas, tanto com adultos como também com outras crianças. Essa iniciativa se faz muito eficiente no contexto escolar pois muitas vezes o ensino tradicional não se faz tão eficaz para o aprendizado desses alunos.

As escolas contam também com uma sala de Atendimento Educacional Especializado onde encontramos um espaço com inúmeros recursos apropriados para esses alunos.

O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 10).

A escola como espaço de aprendizado deve também possibilitar que diversas crianças se relacionem, convivem e aprendam em conjunto, no entanto, há aquelas por razões de saúde ficam impedidas de frequentar estes espaços. Deste modo, promover uma educação inclusiva, em que a escola tenha profissionais capacitados com uma equipe multiprofissional, é um

ideal ainda longínquo. Mas é o essencial para que muitas crianças tenham acesso à escola. Neste universo, o autismo, entra em cena.

Para fins de enfatizar o acesso igualitário dos deficientes, foi sancionada em 1989 a Lei nº 7.853, a qual dispõe sobre a educação no inciso I, dentre as garantias, a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. O legado desta lei está na criminalização de atitudes abusivas e preconceituosas, como cobrar valores adicionais na inscrição do aluno na escola e até mesmo em recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, seja em instituto público ou privado.

Foi criada também em 2012, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista garantida na Lei nº 12.764/2012, que trata de um conjunto de direitos. No artigo 7º da referida lei, há a vedação da recusa de matrícula, havendo punição para aquele que cometer o ato discriminatório (BRASIL, 2012).

É importante ressaltar que a Carta Magna em seu art. 205 da Constituição Federal de 1988 traz que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s/p).

O autismo é considerado um transtorno global do desenvolvimento (TGD) porque é uma alteração que afeta a capacidade de comunicação do indivíduo, de socialização (estabelecer relacionamentos) e de comportamento (responder apropriadamente ao ambiente – segundo as normas que regulam essas respostas). Esta desordem faz parte de um grupo de síndromes, também conhecido como transtorno invasivo do desenvolvimento (TID), do inglês previsível *developmental disorder* (PDD) porque gera múltiplas dificuldades no desenvolvimento humano (FONSECA, 2014, p. 29).

Ou seja, é um distúrbio que impede o desenvolvimento da criança, impossibilitando sua relação com outras crianças e todo o seu processo de evolução enquanto ser que vive em sociedade.

A inserção da criança com autismo na escola é considerada tardia, já que aconteceu nas últimas décadas, como apontado por Belizário Júnior (2010, p. 44), “até há pouco tempo, essas crianças tinham destino bem diferente de seus pares e vivenciavam apenas os atendimentos clínicos e, quando muito, instituições de ensino exclusivamente para pessoas com tais transtornos”. E aquelas que não tiveram acesso ao ensino formal, como se

relacionam em sociedade? Ou será que estão presas e apenas olhando pela janela de seus quartos?

Vale destacar que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 54, “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2005, p. 6), sendo assim, é um direito estabelecido em lei, entretanto, falta efetividade.

Ainda sobre a legislação, a Lei nº10.845/04 nos traz, “Art. 1 inciso I - garantir a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiência cuja a situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular (BRASIL, 2004).” Sendo assim, apesar de sempre atentarmos para que haja uma inclusão do aluno para com a escola, deve-se também sempre levar em conta a condição em que o aluno autista se encontra, pois por ser um distúrbio que atrapalha a comunicação e a socialização, muitas vezes se torna desgastante para os educandos a convivência em sala de aula.

Ampliando a discussão, o autor Bridi (2006), discorre que para incluir um autista na comunidade escolar se faz necessário muitas mudanças, pois “suscita uma série de adaptações e recursos para viabilizar o processo, devendo ser realizado de forma criteriosa e bem orientada, variando de acordo com as possibilidades do sujeito”. Essas transformações no contexto escolar configuram como forma de garantir o envolvimento e desenvolvimento do estudante autista.

É importante sobrelevar, além de mudanças do currículo, professores engajados, o ceio familiar também deve estar envolvido em todo o processo de aprendizagem dessa criança, não delegando à escola esta responsabilidade, mas construindo juntos alternativas de possibilitar a inserção dessa criança, tanto na escola quanto na sociedade. Desse modo, a fim de construir possibilidades de enfrentar os desafios e erguer processos educativos, ampara-se em Vasques (2003, p.144), “[...] para a construção de um novo olhar acerca desses sujeitos, trincando, rompendo e interrogados conceitos marcados pela ineducabilidade e pela impossibilidade”.

No contexto educativo da educação superior, a universidade é de suma importância para os estudos acerca do autismo, pois oferece a seus educandos oportunidades de pesquisarem e compreenderem mais sobre o espectro, o que irá facilitar quando estiverem atuando e se depararem com esses educandos em suas salas de aula. Reconhece-se que em pesquisas sobre educação inclusiva recomendam “[...] a necessidade da construção de

espaços colaborativos; refletir sobre o ensinar/aprender desses sujeitos e sobre os saberes/fazer implicados nesse complexo e multideterminado processo” (VASQUES, 2008, p. 9).

Desse modo, o processo de envolvimento da criança deve estar atento, haja vista que,

O conteúdo do programa de uma criança autista deve estar de acordo com seu potencial, de acordo com sua idade e de acordo com o seu interesse. Se a criança estiver executando uma atividade nova de maneira inadequada, é importante a intervenção rápida do professor, mesmo que para isso seja necessário segurar a mão da criança ou até mesmo dizer-lhe a resposta (PEETERS, 1998, s/p).

Diante disso, as palavras de Cunha (2013, p. 139) refletem a educação para um autista, “educar o aprendente com autismo é constituir uma relação dialógica; uma relação dialógica que pressupõe um jeito diferente de aprender e um jeito diferente de ensinar”, que é também abordado:

Educar uma criança autista é uma experiência que leva o professor a rever, questionar suas ideias sobre desenvolvimento, educação normalidade e competência profissional. Torna-se um desafio descrever um impacto dos primeiros contatos entre este professor e estas crianças tão desconhecidas e na maioria das vezes imprevisíveis (BEREOHFF, 1991, s/p).

Desse modo, as crianças com autismo são vistas como aquelas que possuem diversos desafios em decorrência de seu transtorno, em que as escolas precisam inovar e educar de uma forma que talvez não tenha sido feito anteriormente.

3. AS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO AO AUTISMO: REGULAR E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

O Brasil promulgou em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), por meio do Decreto nº. 6949/2006. Dessa forma, o país assume o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da deficiência.

No ensino regular, segundo Marques (2011) as práticas pedagógicas destinadas aos autistas estão sendo estruturadas de forma aleatória pelos professores, na tentativa de escolarizar alunos diagnosticados com autismo em suas salas de aula, leva-se em conta a busca pela inclusão. Ainda conforme Marques (2011), os professores se consideram despreparados para trabalhar em uma sala de aula inclusiva, pois não recebem treinamento específico para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais. Discorrendo sobre essa temática, Zanellato e Poker (2012) descrevem que, para preparar os professores para que tenham condições de atender e garantir uma educação de qualidade aos alunos com deficiência e ter acesso ao currículo, é preciso rever antigas práticas e estar disposto a acolher novos saberes.

Ampliando a discussão, Papim e Sanches (2013) relatam que o método mais utilizado para trabalhar com alunos com autismo é a Análise Aplicada do Comportamento (ABA), a qual se utiliza da avaliação comportamental para ajudar, não só no comportamento, mas, para estabelecer a base para que a aprendizagem aconteça.

A ABA (do termo original em inglês - *Applied Behavior Analysis*) refere-se à ciência comportamental que utiliza princípios científicos para mudanças comportamentais. A ABA tem apresentado resultados sólidos no tratamento com pessoas com TEA, envolvendo o ensino e aprendizagem de novos comportamentos (sociais, acadêmicos etc.), desde a primeira publicação realizada por Lovaas (1987). O currículo de ensino é programado a partir de uma sequência de programas de ensino (ou conjuntos de atividades). Por meio desse ensino contínuo e em pequenas etapas, é possível produzir um ritmo acelerado do trabalho e com resultados rápidos e gerenciáveis (Lovaas, 2002). Em geral, um dos procedimentos de ensino utilizados na ABA refere-se à tentativa discreta que envolve um formato estruturado, por

meio da aplicação de um estímulo antecedente, uma resposta e uma consequência (HIGBEE et al., 2016; MCEACHIN, SMITH, & LOVAAS, 1993).

É necessário também que o professor esteja aberto a novas alternativas de aprendizagem. Atualmente a tecnologia pode ser uma grande aliada neste contexto. Existem diversos sites, aplicativos e até mesmo materiais que podem ajudar a “prender” a atenção dos alunos e assim, despertar o entusiasmo para a aprendizagem.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar esses recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Tais serviços e recursos da educação especial são aqueles que garantem condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares (BRASIL, 2008). Sobre o público-alvo AEE.

a) Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas; b) Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; c) Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2008, s/p).

Desse modo, a oferta do atendimento educacional especializado - AEE deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização:

a) Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; b) Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola; c) Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos; d). Professor para o exercício da docência do AEE; e) Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção; f) Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum; g) Redes de apoio: no âmbito

da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE (BRASIL, 2008)

Para tanto, Zanellato e Poker (2012) apontam que é preciso garantir uma educação de qualidade a todos, e que devem ser consideradas as especificidades de cada aluno, compreendendo suas limitações e suas potencialidades. Ademais, é fundamental que o professor busque informações para estar ciente das dificuldades que a criança com autismo apresenta, o que fará diferença na vida dessas crianças tanto para aqueles com aluno com autismo, bem como para os demais alunos.

As instituições de ensino têm um papel fundamental na aprendizagem destes alunos. As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica trazem conteúdos e recomendações que dialogam sobre o papel das instituições especializadas na inclusão, de modo que a concepção de Educação Especial aqui apresentada supera a visão de caráter substitutivo da Educação Especial ao Ensino Comum. O que se apresenta como diretriz é que estes serviços em instituições Especializadas sejam compreendidos e dispostos como aliados às instituições educacionais regulares, na medida em que contribuem de forma efetiva na garantia de acesso dos alunos à educação comum, oferecendo serviços e apoios que complementam a formação destes alunos (BRASIL, 2013).

4. O PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com o levantamento de produções acadêmicas, no caso, artigos científicos no período de 2014 a 2019. Ao falarmos em pesquisa bibliográfica temos ciência de que é um aparato do que se tem falado de determinado tema, e neste caso trataremos especificamente de inclusão escolar, autismo e transtorno.

Entendendo a educação como um direito fundamental para desenvolvimento e de relacionamento humano, buscou-se responder as questões norteadoras: como tem sido os estudos acadêmicos sobre a temática em âmbito nacional? O que esses estudos apontam? Na intenção de alcançar respostas a tais indagações, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que tem como finalidade o levantamento de dados produzido a respeito de uma temática, por meio do mapeamento sobre o que outros pesquisadores já publicaram, ou seja, a pesquisa permite o mapeamento das produções científicas de um determinado tema.

A pesquisa trata-se de um levantamento bibliográfico, das produções que estão disponíveis no site da scielo.org, da qual foram utilizados os descritores “autismo, inclusão escolar e transtorno”, e dentre estas foram escolhidas a dos anos entre 2014 a 2019.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tratou de investigar o que tem sido produzido teoricamente acerca do espectro autista e inclusão escolar, buscando textos que abordem o aluno em sala de aula bem como sua inclusão. Para Ferreira (2002, p.3) há a necessidade real de se saber o que já foi produzido e que nem sempre está disponível ao conhecimento social.

Nesse sentido, este estudo teve como objetivo geral apresentar um panorama das produções ou das discussões acadêmicas sobre o TEA nos últimos seis anos, entre 2014 até 2019, disponibilizados por meio da Biblioteca Eletrônica Científica Online, Scielo. A busca no Scielo deu-se mediante a ferramenta busca avançada, compreendendo um período definido entre os anos de 2014 até 2019 e por meio dos descritores: “transtorno” “autismo” e “inclusão escolar”. Nesta plataforma científica foram encontradas 15 pesquisas sobre a temática em todo o Brasil. Os dados foram organizados por ano, região e conteúdos abordados, apontando os resultados descritos seguidamente.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para esta pesquisa foram utilizadas as palavras-chaves “autismo, transtorno e inclusão escolar”, sendo encontrados em torno de 15 trabalhos no site da Scielo. Referente aos anos de 2015 a 2019, há um total de 15 trabalhos acerca da temática, conforme descrição no gráfico a seguir. Sendo os anos com maior número de discussões entre os 2017 e 2018.

Ao digitar as palavras “autismo, transtorno e inclusão escolar” e selecionar os anos de 2014 a 2019, apareceram várias publicações das quais foi feita a leitura e anotado diversos pontos importantes como tema, assunto abordado, ano de publicação e autores. Em seguida foi consultado novamente os artigos e feitas anotações em quais pontos eles conversavam entre si, destacando os pontos mais interessantes. Também foi feito um levantamento acerca da divergência entre os trabalhos, tendo um olhar mais minucioso sobre quais pontos eram mais diferente entre os artigos. Em relação as políticas públicas foi estudado quais eram as mais efetivas para os alunos autistas, levando em conta quantas produções tratavam do tema. Ao analisar o aluno autista no contexto escolar foi levado em conta quais métodos de ensino se faziam mais efetivos para estes, bem como como seria um currículo mais eficaz. Para finalizar analisei o que as produções diziam sobre os instrumentos de intervenções onde me vi com uma variedade de alternativas pra tal ensino.

TABELA 1 – Artigos encontrados no site scielo no período de 2014 a 2019 com os descritores “autismo, inclusão escolar e transtorno”.

Nome das Produções	Autoria	Instituição Acadêmica	Tema Geral
Protocolo de Intervenção curricular para ensino de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo: uma revisão integrada.	Rocha et. al. (2019).	Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo.	Intervenção Curricular para alunos autistas.
A legislação brasileira e a inclusão escolar de pessoas com distúrbios da comunicação.	Godoy et.al. (2019)	Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo	Inclusão escolar de alunos com distúrbios da comunicação.

Protocolo de intervenção curricular para ensino de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo: uma revisão integrativa	Lamônica, Rocha e Vasques (2019)	Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo	Análise e intervenção curricular de alunos com TEA.
Mediação escolar: sobre habitar o entre	Vargas e Rodrigues (2018)	Instituto Federal Fluminense e Universidade Federal Fluminense	Inclusão escolar de alunos autistas
Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual	Domeniconi e Benitez (2018)	Universidade Federal do ABC e Universidade Federal de São Carlos	Atuação do psicólogo na inclusão de alunos autistas
Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios á pratica docente	Luz, Gomes e Lira (2017)	Universidade Católica de Brasília	Inclusão do aluno autista
As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro autista	Togashi e Walter (2016)	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Uso das pecs para alunos com transtorno autista
Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas	Lemos et.al. (2016)	Universidade Federal da Paraíba	Análise de pais e professores acerca da inclusão da criança autista no contexto escolar.
Escolarização de alunos com autismo	Laplane e Lima (2016)	Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Federal de Campinas	Escolarização de alunos com autismo
Dificuldades e sucessos de professores de Educação Física em relação a inclusão escolar	Fiorini e Manzini (2016)	Universidade Estadual Paulista e UNESP	Dificuldades e Sucessos de professores de Educação Física com alunos autistas
Tecnologias Móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com	Conforto e Santarosa (2015)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Relação de alunos do espectro autista com dispositivos móveis

transtornos do espectro autista			
A inclusão escolar nas autobiografias de autistas	Bialer (2015)	Universidade de São Paulo	Abordar a inserção do aluno autista no contexto escolar
Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas	Benitez e Domeniconi (2014)	Universidade Federal de São Carlos	Capacitação de professores de educação especial e regular
Organização do Espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo	Giaconi e Rodrigues (2014)	Universidade de Macerata e Centro Pedagógico PROF	Inclusão Escolar e processos cognitivos

Fonte: Da autora (2020)

Tabela 2 - Número de pesquisas brasileiras sobre autismo e inclusão escolar, disponibilizados na plataforma Scielo, compreendendo o período de 2014 a 2019.

ANO DE PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES NA PLATAFORMA SCIELO SOBRE O TEMA
ANO DE 2014	5 pesquisas
ANO DE 2015	2 pesquisas
ANO DE 2016	4 pesquisas
ANO DE 2017	0 pesquisas
ANO DE 2018	2 pesquisas
ANO DE 2019	2 pesquisas

Fonte: Da autora (2020).

Diante do número de pesquisas sobre a temática constatou-se que:

a) Currículo:

Em relação a currículo as pesquisas apontam que se faz necessário uma parceria dos professores regulares com os professores de AAE, a fim de se construir um currículo que contemple todas a especificidades dos alunos autistas. Este currículo deve ser um documento que dê um norte ao professor referente ao conteúdo que se deve ser ensinado, fazendo um

paralelo com os materiais disponíveis na escola. O documento deve também ser único e criado com a participação da coordenação, professores e pais, visando levar em conta conteúdos que sejam proveitosos para alunos regulares e de necessidades especiais.

Um exemplo sobre o tema foi um artigo “Protocolo de intervenção curricular para ensino de alunos com Transtorno do Espectro do Autista: uma revisão integrativa” publicado pela Faculdade de Odontologia de Bauru em 2019.

b) O que os estudos apontam sobre inclusão:

Em relação a inclusão escolar, as pesquisas apontaram que houve uma baixa significativa na evasão escolar de alunos autistas, pois os mesmos quando se sentem inclusos tendem a estarem mais motivados a frequentar a escola. A maioria das pesquisas mostraram que a sala de AEE é um recurso essencial nas escolas, uma vez que neste espaço são desenvolvidas muitas atividades complementares ou de reforço para esses alunos. Além do AEE, as escolas inclusivas possuem professores de apoio que auxiliam dentro e fora da sala de aula. Quando falamos de inclusão escolar sabemos que ainda há muito a ser feito pois nem todas as escolas possuem recursos e estruturas específicas para isto, mas foi possível constatar que a maioria das pesquisas abordavam a questão.

Como exemplo cito um artigo publicado pela Universidade Regional de Blumenau que tem como título “Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008 – 2016)” da autora Andrea Soares Wuol.

c) Da convergência entre as pesquisas:

Foi possível constatar que onze dos quinze artigos pesquisados, tinham em comum como foco central a discussão acerca da inclusão escolar. Apesar de se tratarem de artigos com diferentes áreas de estudo do espectro, eles convergiam entre si quando se tratava de como a pessoa com Transtorno Autista seria inserida no espaço escolar ou quais métodos seriam usados para que ocorresse a inclusão escolar. Dentre estes métodos, os que mais se destacaram foram materiais de apoio confeccionados pelos próprios docentes, sala de Atendimento Educacional Especializado, materiais tecnológicos, cursos de especialização de professores e o currículo adaptado.

Como exemplo, cito o artigo “Organização do Espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo” publicado pela Universidade de Macerata em 2014.

d) Da divergência entre os estudos:

Foi observado que apesar de terem em comum o autismo e a inclusão escolar como assunto, quatro pesquisas tratavam de temas mais complexos, como a atuação do psicólogo para alunos com autismo dentro da escola, as literaturas escritas por alunos com autismo de grau leve, os direitos ao acesso e permanência, participação e socialização dentro e fora de sala de aula, políticas públicas, organização do espaço e do tempo escolar, não adentrando nos conceitos de autismo e de inclusão escolar especificamente.

Como já citado o artigo “Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual” foi publicado pela Universidade Federal do ABC em 2018, e dentre todos foi o que mais convergiu dentre os assuntos.

e) Do enfoque dado ao autismo no espaço escolar:

Aferiu-se que apenas 2 pesquisas trataram do autismo e sua inserção na educação infantil e no ensino superior, ao passo que a grande maioria, cerca de 98% das investigações abordam a inclusão do autista no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Tal fato aponta que a preocupação central dos estudos é voltada para a Educação Básica. O que aponta uma maior necessidade de se investigar os demais segmentos educativos.

O artigo que se tratava de alunos autistas na educação infantil foi publicado pela Universidade Católica do Brasil e tem como tema “Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios á pratica docente” e foi publicado em 2017.

f) Instrumentos de intervenção para os alunos autistas:

Constatou-se que o termo mais citado nos estudos foi acerca dos instrumentos de intervenção para alunos autistas, onde 10, dos quinze artigos, mostraram estratégias que podem ser utilizadas na sala de aula, as quais foram apontadas: materiais tecnológicos, sala de recursos, instrumentos mediadores, atividades específicas, cartões e uso de imagens. Os estudos também apontaram que a falta de alguns desses instrumentos no espaço escolar se dá por conta da falta de verbas para esses fins. Tais instrumentos foram apontados para que a educação de alunos autistas se torne mais efetiva.

O artigo que mais se destacou na questão foi o “Tecnologia Móveis na Inclusão Escolar e Digital de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista” publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2015.

g) Das legislações e das políticas públicas sobre o autismo:

Cinco artigos apontam quais são as políticas públicas para a inclusão do autista no espaço escolar, dizendo que se faz necessário a escola se preparar de modo que os alunos com TEA tenham o acesso a uma escola de qualidade e que esteja apta a ensinar sempre

respeitando as especificidades de cada educando. Os estudos também sobrealvam que a mais recente lei sobre o assunto foi sancionada em 2020, sendo está a Lei 13.977/20 que teve sua origem por meio de um projeto de lei da Câmara dos Deputados e institui que as pessoas autistas possuem uma carteirinha de identificação.

Como exemplo trago o artigo “ A legislação brasileira e a inclusão escolar de pessoas com distúrbios de comunicação” que foi publicado pela Faculdade de odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo e tem como autores Godoy, Faid, Machado, e Clenitte

h) Da abordagem didática e atuação do professor:

Em 14 pesquisas foi possível verificar que há o apontamento sobre o modo como o professor lida com o educando que possui autismo, aferindo que muitos destes educadores buscam novas alternativas e formações para lidar com esses educandos, se dedicando a estudar e compreender melhor o espectro, confeccionando novos materiais, técnicas, ferramentas, e estratégias que visam um melhor aprendizado.

O artigo que mais me chamou a atenção foi o “Mediação Escolar: o habitar entre”, que foi publicado pelo Instituto Federal Fluminense em 2018.

i) Do acesso e permanência na escola:

A respeito do acesso e permanência de alunos com TEA, foi constatado que apenas 4 artigos abordaram esse aspecto. Os artigos relatam que devido ao grau de comprometimento do espectro, a falta de inclusão, o despreparo de alguns docentes e até mesmo da escola pode causar esse tipo de exclusão. Por muitos anos os alunos autistas não se sentiam incluídos no espaço escolar, fazendo assim, a grande maioria desistir de seus estudos. Esta herança histórica fez com que houvesse um grande prejuízo na vida dessas pessoas.

O artigo que mais se destacou no assunto foi o “ Escolarização de Alunos Autistas” publicado pela Faculdade Estadual de Campinas no ano de 2016.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo mapear as produções sobre autismo utilizando a busca avançada por meio dos descritores “autismo” “transtorno” e “inclusão escolar” dos anos de 2014 a 2019, encontrando assim, quatorze produções a respeito do tema.

Diante dos aspectos apresentados, foi possível aferir que esta pesquisa alcançou os seus objetivos. Foi possível também identificar a necessidade de uma revisão do currículo para que haja inclusão do aluno com autismo e outras deficiências, o que pode ser confirmado por meio dos autores estudados, uma vez que o currículo é um instrumento pedagógico a fim de que sejam alcançados resultados de aprendizagem, experiências e princípios orientadores da prática. Na educação formal de um autista, é preciso considerar sua realidade específica, sendo necessário, adaptar a real necessidade do aprendente autista de forma que este currículo o ajude no desenvolvimento cognitivo.

De forma geral, as análises da pesquisa mostraram que cada vez mais se tem estudado temas sobre os alunos autistas. Em suma, foi possível constatar que a maioria das pesquisas tinham uma preocupação maior sobre a educação inclusiva no ensino regular, mostrando que o acesso ao ensino de qualidade é sim possível desde que a escola, pais, alunos e professores estejam engajados e caminhando com o mesmo propósito, que é a educação. Em contrapartida, pouco se falou sobre os alunos autistas no ensino superior, talvez pela falta de oportunidades que estes tiveram ao longo da vida.

Nesse sentido, pensando no contexto escolar, podemos destacar também que as pesquisas mostraram alguns instrumentos de intervenção como brinquedos confeccionados, recursos tecnológicos desde aplicativos até conteúdos criados especificamente e que se tem como alvo a educação inclusiva. Os docentes devem procurar cada vez mais uma formação que seja eficaz e ativa no processo de inclusão, e assim caminhar junto com a escola, que por sua vez deve se engajar e ofertar um ensino de qualidade para todos os discentes que nela estão matriculados.

Neste universo, são fundamentais professores engajados, um currículo adaptado à realidade do aluno autista e a família como suporte e conexão para que todos esses processos estejam em harmonia a fim de alcançar um objetivo em comum: a educação do estudante

autista. Além disso, ressalta-se a importância do papel da universidade, já que esta possibilita um aporte teórico, tanto no sentido de preparar os futuros professores como também por meio da pesquisa, ensino e extensão que dialogam com esse tema.

Todos os envolvidos com uma criança autista devem acreditar em seu potencial de aprendizado e não o considerar incapaz, mas pelo contrário, construir maneiras para vencer as “amarras” que o limita. Cunha (2018), destaca que é necessário mergulhar nos afetos do aluno com autismo: descobrir seus interesses, desejos, sonhos, possibilidades, dificuldades, enfim, conhecê-lo bem. O professor precisa descobrir quais habilidades ele já possui e quais precisa adquirir. Podem ser habilidades sociais ou acadêmicas. Sempre priorizando a comunicação e a socialização.

Para tanto, não se apegar a um currículo engessado e pré-definido, mas sim uma proposta de aprendizado de inclusão de transformação, haja vista que, muitos pais de filhos autistas esperam por isso, e as crianças têm o direito de estar em sociedade e em uma escola que o dê suporte. Assim sendo, é preciso pensar em políticas públicas de educação de inclusão, mas que elas não fiquem no papel e cumpram seus deveres.

Embora os estudos sobre o autismo ainda sejam recentes, esta pesquisa mostrou que apesar do espaço escolar atualmente passar por algumas dificuldades, pode se tornar um lugar inclusivo e prazeroso, contribuindo assim, para a mudança de realidade e de vida de muitas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUARESCHI, T.; ALVES, M. D.; NAUJORKS, M. I. **Autismo e políticas públicas de inclusão no Brasil**. Journal of Research in Special Educational Needs, Oxford, v. 16, p. 246-250, 2016. Número especial 1.

BEREOHFF, Ana Maria P. **Autismo, uma visão multidisciplinar**. São Paulo: GEPAPI, 1991.

BELISÁRIO JÚNIOR, J. F. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010..

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. **Institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica**, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

BRASIL, Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social**. – Brasília: MEC, ACS, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso em 21 de jun. de 2020.

COSTA, Marisa Voraber. **O currículo nos lineares do contemporâneo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CUNHA, Eugênio. Afetividade e Autismo. 2018. **Blog**. Disponível em: <http://www.autismos.com.br/afetividade-e-autismo-eugenio-cunha/>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

GALVÃO FILHO, Teófilo. As novas tecnologias na escola e no mundo atual: fator de inclusão social do aluno com necessidades especiais? In: **Anais do III Congresso Ibero-Americano de Informática na Educação Especial**, Fortaleza, MEC, 2002. Disponível em: <https://www.galvaofilho.net/comunica.pdf>. Acesso em: 06 de ago. de 2020.

HIGBEE, Thomas et al. (2016). Interactive computer training to teach discrete-trial instruction to undergraduates and special educators in Brazil: a replication and extension. **Journal of Applied Behavior Analysis**, 49, 1-14.

LOVAAS, O. Ivar. (1987). Tratamiento conductual y funcionamiento educativo e intelectual normal en niños autistas. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 55(1), 3-9.

LOVAAS, O. Ivar. (2002). Teaching individuals with developmental delay: Basic intervention techniques. **Pro-Ed**: Dallas.

MARQUES, S. de C. M. **O processo de inclusão e as dificuldades do professor na sua aplicabilidade em sala de aula**. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília – UnB. 2011, 50 p.

MCEACHIN, J. John., SMITH, T., & LOVAAS, O. Ivar. (1993). Long-term outcome for children with autism who received early intensive behavioral treatment. **American Journal on Mental Retardation**, 97, 359-372.

MOUSINHO, Renata. et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo: Associação Brasileira de Psicopedagogia, v. 27, n. 82, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 de jun. de 2020.

PAPIM, Angelo Antônio Puzipe.; SANCHES, Kelly Gil. Autismo e Inclusão: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo. **Monografia** (Especialização) – Centro Universitário Católico Salesiano. 2013, 84 p.

PEETERS, T. Autismo: **Entendimento Teórico e Intervenção Educacional**, Rio de Janeiro, Editora Cultura Médica, 1998.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo estado da arte**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SEJAS, Enoc. Autismo: História e classificação do transtorno do espectro autismo (TEA). **Página da Web**. Publicado em 12 de mar. de 2017. Atualizado em 31 de mar. de 2020. Disponível em: <https://autismoconsejospracticos.com/historia-do-autismo/>. Acesso em: 06 de jul. de 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VASQUES, K Carla. Um coelho branco sobre a neve: estudo sobre a escolarização de sujeitos com psicose infantil. 2003. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do

ZANELLATO, Daniella; POKER, Rosimar Bortolini. Formação continuada de professores na educação inclusiva: a motivação em questão. **Revista Ibero-Americana de estudos em educação**, São Paulo, v. 7, no 1, p. 147-158, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5375>. Acesso em: 3 de jun. de 2020.